

# **PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI: POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E O CASO DA UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA – RS – BRASIL**

**SCHEIFLER, Anderson Barbosa<sup>1</sup>; LAUXEN, Sirlei de Lourdes<sup>2</sup>; FIGUEIRO, Michele Ferraz<sup>3</sup>**

## **RESUMO**

**Palavras Chave:** Políticas Públicas. Inserção Social. Universidade. Rio Grande do Sul. Brasil.

O presente estudo propõe analisar, por meio de reflexões provenientes de pesquisa bibliográfica, análise de documentos e de dados oficiais, o Programa Universidade para Todos – ProUni, enquanto política pública de acesso ao ensino superior. Através da concessão de bolsas de estudo parciais e integrais em instituições privadas e comunitárias, o programa obteve avanços significativos nos últimos dez (10) anos, e, por ele, milhares de jovens e adultos, antes excluídos do universo do ensino superior, tiveram e têm possibilidades de vislumbrar a garantia do acesso e permanência, e, desta forma, promover a inclusão social. Para isso, faz-se necessário compreender a política ProUni, como instrumento de ação do Estado, e, analisar sua importância num determinado contexto e região. Nesse sentido, é discutido, a partir de um levantamento sobre o número de bolsas que o programa destinou entre os anos de 2005 a 2013 para o Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente na região do Conselho Regional de Desenvolvimento – COREDE – Alto Jacuí, a importância do programa como colaborador no processo de inclusão social e desenvolvimento regional, tendo como amostra uma Instituição Comunitária de Ensino Superior – ICES, neste caso a Universidade de Cruz Alta/RS. A partir dos dados levantados, pode-se afirmar que a política vem trazendo profundas transformações no cenário do Ensino Superior no Brasil, em especial na amostra deste estudo, onde constata-se a importância da referida instituição na promoção do acesso e permanência no Ensino Superior, na região em que está inserida, contribuindo diretamente no desenvolvimento social e na efetivação da política. Assim sendo, o presente estudo contribui para a afirmação da política enquanto possibilidade concreta de democratização do acesso ao Ensino Superior e possibilidade de transformação regional e social.

---

<sup>1</sup> Mestrando do PPG Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Unicruz; Graduado em Serviço Social; Técnico responsável pelo Programa Intersetorial de Assistência Social - PIAS Unicruz. ascheifler@unicruz.edu.br.

<sup>2</sup> Pós-Doutoranda em Educação; Doutorado em Educação; Mestrado em Educação; Especialização em Administração e Supervisão Escolar; Graduada em Pedagogia – OE; Prof.<sup>a</sup> do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social na Linha de Pesquisa Práticas Socioculturais e Sociedade Contemporânea. slauxen@unicruz.edu.br.

<sup>3</sup> Pós-Doutorado em Estatística Aplicada; Doutorado em Física; Mestre em Física; Graduada em Física Bacharelado; Prof.<sup>a</sup> da Universidade de Cruz Alta. mfigueiro@unicruz.edu.br.

## **Introdução**

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep em 2013 o número total de matrículas no ensino superior brasileiro superou os 7 milhões e teve um crescimento de 81% entre os anos de 2003 e 2012. Há dez anos, o Censo da Educação Superior registrava 3.887.022 matrículas, número que subiu para 7.037.688.

A ampliação das matrículas, porém, não significa a democratização do acesso ao Ensino Superior. Este processo de ampliação ocorre primeiramente para as populações que possuem melhores condições financeiras e sociais e assim conseguem destaque nos processos de seleção das Instituições de Ensino Superior – IES.

Para atender uma maior parcela da população, inclusive àquela que reside no interior dos estados e de baixa renda, é criado, em 2005, o Programa Universidade para Todos – ProUni, que tem por objetivo proporcionar o acesso ao Ensino Superior através da concessão de Bolsas de Estudo parciais e integrais em Instituições de Ensino Superior privadas e comunitárias. O programa obteve avanços significativos nos últimos 10 anos, pois milhares de jovens e adultos tiveram a oportunidade de ingressar em uma instituição de ensino superior, que, antes da criação do programa era algo extremamente dificultoso para estas populações, e que agora pode ser vislumbrado por muitos dos que eram antes excluídos deste universo.

Apesar destes terem a oportunidade de acesso via política pública ProUni, e, de se ter inserido, nas instituições, muitos desses sujeitos, ainda há muito que se avançar em torno da política como condição necessária para que a mesma atinja um contingente ainda maior da população de baixa renda. Para isso, precisamos encontrar mecanismos e formas de conscientizar da importância de se contar com essa possibilidade de avanço nos estudos. Uma das formas é a pesquisa. Tendo presente essa questão, a investigação proposta tem como intenção promover o debate da temática discutindo estratégias e possibilidades para que outros possam ascender à mesma condição.

## **Sociedade e políticas públicas**

O debate acerca das políticas públicas pressupõe como ponto de partida a ótica voltada para uma sociedade mais justa e igualitária. As relações de luta que surgem em meio a esse debate são historicamente mais fortes e organizadas junto às classes sociais dominantes e, não por acaso estas são as detentoras das formas de dominação e, na maioria das vezes, legisladoras do

poder público. Zitkoski (2000), aponta que o rompimento destes processos deve ocorrer a partir de um empoderamento político dos *oprimidos*, para desestruturação do sistema social opressor em busca de uma nova sociedade *mais humana e digna para todos*. A tomada de consciência deve ser o *impulso fundante desta utopia*.

*A utopia política* de libertação dos oprimidos, que historicamente têm sofrido as consequências das práticas políticas alienantes promovidas pela elite dominante, é o ponto de partida para fundamentar um *novo projeto de sociedade* enquanto superação da atual realidade sociocultural. Dos seres humanos que estão à margem das estruturas fundantes do sistema social opressor é que se pode esperar a alternativa e/ou *o novo na história* (Zitkoski, 2000, p. 223).

Neste processo de libertação, que o autor traz, destacamos a educação como sendo ponto de partida para transformação social e garantia de cidadania. A UNESCO aponta alguns dados em nível mundial que demonstram um panorama preocupante:

A educação é um direito humano fundamental e é essencial para o exercício de todos os direitos. Mesmo assim, existem ainda cerca de 774 milhões de analfabetos no mundo, e cerca de 57 milhões de crianças ainda se encontram fora da escola primária, e muitos jovens e mulheres e homens adultos continuam sem aprender o que precisam saber para dirigir suas vidas com saúde e dignidade. Devido a uma combinação de fatores – como pobreza, disparidade de gênero, isolamento geográfico e situação da minoria – a qualidade da educação é um sonho distante para muitos, sobretudo para meninas de famílias pobres de áreas rurais. Elas estão entre as crianças que enfrentam as maiores barreiras de acesso à educação. Uma das principais responsabilidades da UNESCO é defender o direito de toda menina e menino, e de todo homem e mulher jovem e adulto, a ter educação de qualidade ao longo da vida – independentemente da definição (formal, não formal ou informal) (UNESCO, <http://www.unesco.org>. Acessado em 12/05/2015).

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, no ano de 2013, apenas 15,29% da população brasileira entre 25 e 34 anos tinham concluído ensino superior. Estes dados demonstram o pior índice entre os 38 países avaliados. A média entre os demais países é de 40,53% da população com ensino superior dentro desta faixa etária, o melhor índice é da Coreia do Sul com 67,14%.

Já o número de brasileiros matriculados em cursos de ensino superior. No ano de 2012, na faixa etária entre 20 e 29 anos era de 21,72% contra 28,41% comparado aos demais países (OCDE, Acessado em 12/05/2015).

Vivemos em uma sociedade globalizada, o mundo se inter-relaciona e as diferentes culturas interagem entre si afetando direta ou indiretamente umas as outras. Os países dominantes, em uma sociedade predominantemente capitalista, determinam os rumos que esta *sociedade global* deve tomar para permanecer gerando riquezas e ampliando o sistema de crescimento e dominação do capital. Ianni (2013), argumenta que este sistema de produção capitalista, predominante no século XX, não surgiu de repente, esta transformação deu-se ao longo de décadas e séculos anteriores. O mercantilismo, o capitalismo comercial ou acumulação originária ligaram e instauraram as primeiras formas de globalização e relações de comércio e exploração entre as sociedades. O trabalho escravo e o sistema predatório implantados nas colônias relacionaram, pela primeira vez em grande escala, europeus, africanos, aborígenes e outros povos através das relações comerciais de produção de mercadorias e geração de mais-valia o que impulsionou as revoluções industriais em curso na Europa.

Foi assim que se formaram as nações asiáticas, da mesma maneira que as americanas e africanas, nos moldes das europeias. Multiplicaram-se as nações pelo mundo afora, sempre segundo os parâmetros estabelecidos pelos europeus, os países dominantes, as metrópoles. Sempre na onda ampliada do capital, compreendendo a concentração e a centralização deste capital, em escala local, regional, nacional, continental e internacional. Um processo civilizatório universal. (Ianni, 2013, p.36).

Esse processo civilizatório criou lacunas na sociedade onde nações se dividem de acordo com seu poderio econômico e sua força de dominação. Esta constatação feita por Ianni (2013), nos permite também, analisar em escala nacional quais foram as consequências locais deste processo já firmado em escala mundial.

Em uma escala menor as relações entre as diferentes classes sociais e pessoas de uma determinada nação reproduzem o sistema mundial globalizado das relações impostas pelo sistema dominante capitalista. Se no mundo atual países de primeiro mundo exploram recursos e força de trabalho de outros menos desenvolvidos, em nível mais micro a relação entre as classes sociais se estabelece de forma parecida quando as dominantes exercem poder com o domínio do capital e das formas de reprodução deste.

Boaventura de Souza Santos (2007), traz reflexões acerca deste distanciamento de classes e ilustra seu pensamento exemplificado através do que ele considera sendo as *Linhas Globais*. Na modernidade teríamos o Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha como sendo a primeira linha global estabelecida. Estas linhas separam classes, culturas, pessoas, sociedades, governos e são desenhadas a partir de movimentos hegemônicos de manifestação de poder e submissão entre as partes. O autor traz como exemplos os colonizadores e os povos selvagens, o velho mundo e o novo mundo e outras oposições, que se estabelecem sob formas violentas implicando na destruição física, material, cultural e humana do mais fraco.

Milton Santos (2013, p. 37 - 39), aborda esta temática das relações, considerando o sistema mundial e definindo isto como sendo uma “*Globalização Perversa*”. A unificação do planeta cria novas técnicas e formas de relacionamento. Estas são adotadas pelas pessoas em suas relações que reproduzem esta perversidade nas interações pessoais. Ele fala de uma dupla tirania exercida pelo dinheiro e pela informação que formam as bases do sistema ideológico imposto nos dias atuais ocasionando uma violência estrutural, esta reproduzida por pessoas, empresas e estados.

Dentro desse quadro, as pessoas sentem-se desamparadas, o que também constitui uma incitação a que adotem, em seus comportamentos ordinários, práticas que alguns decênios atrás eram moralmente condenadas. Há um verdadeiro retrocesso quanto à noção de bem público e de solidariedade, do qual é emblemático o encolhimento das funções sociais e políticas do Estado com a ampliação da pobreza e os crescentes agravos à soberania, enquanto se amplia o papel político das empresas na regulação da vida social. (Santos, 2013, p. 38).

A fragilidade deste sistema de relações proporciona uma problemática incrustada na sociedade em que vivemos, predomina uma cultura individualista nos sujeitos e nas classes sociais que pode ser transpassada ou mediada com a implantação de políticas públicas. Estas, então, surgem como uma possibilidade de transposição deste sistema quando bem formuladas e direcionadas ao público correto. Os programas de acesso e permanência no Ensino Superior em instituições privadas e comunitárias são um exemplo destas políticas. Assim sendo, delimitamos o Programa Universidade para todos – ProUni enquanto amostra para o desenvolvimento do presente trabalho.

## O ProUni

O crescimento das vagas no Ensino Superior, ofertadas através do processo de ampliação das políticas públicas na última década no Brasil, tem causado profundas transformações na sociedade brasileira. Esta ampliação vem proporcionando oportunidades de acesso a um novo público, as populações de baixa renda. A educação e as transformações sociais ocorridas através dela criam conflitos e alteram o *status quo* estabelecido no Brasil ao longo dos tempos. Uma população qualificada e instruída tende a não aceitar a opressão e os subempregos ofertados pelas camadas dominantes. Este processo traz a tona atritos políticos e ideológicos com relação aos programas governamentais de acesso e permanência no Ensino Superior.

O governo federal, desde o ano de 2002, adotou como meta a ampliação do acesso ao Ensino Superior, trabalhando na criação de novas universidades públicas e na ampliação de bolsas para alunos em instituições privadas e comunitárias de Ensino Superior. Estas instituições concedem bolsas de estudo de maneira parcial ou integral para alunos com critérios socioeconômicos pré-estabelecidos em troca de isenções fiscais e, em alguns casos como da Unicruz, recebendo Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS. O certificado permite que as universidades acessem diversos programas e projetos de fomento à pesquisa e extensão, bem como, programas de negociação de tributos como o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior – PROies.

O Ensino Superior no Brasil teve como marco na sua história o surgimento do Programa Universidade para Todos – ProUni. O programa do governo instituído no ano de 2004 e com implantação em 2005 traz hoje resultados sólidos quanto a democratização do acesso ao Ensino Superior no Brasil, até o ano de 2013 o programa já havia concedido mais de 1 (um) milhão de Bolsas de Estudos sendo 70% destas na modalidade integral. (Sisprouni, 2013).

A Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, institui o Programa Universidade para Todos – ProUni e rege sobre a regulação das entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. No seu art. 1º subscreve:

Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - ProUni, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005)

Dentro deste cenário, destacamos a Universidade de Cruz Alta – Unicruz como sendo executora das políticas de acesso e permanência no Ensino Superior. A instituição aderiu ao Programa Universidade para todos – ProUni desde o ano em que o programa foi instituído, 2005. Desde então, a instituição concedeu 1.481 (hum mil quatrocentas e oitenta e uma) bolsas de estudo para alunos ingressantes no Ensino Superior que se enquadram nos critérios estabelecidos pelo programa.

A Unicruz possui, no segundo semestre do ano de 2015, 501 alunos matriculados bolsistas oriundos de programas do governo federal, aproximadamente 444 beneficiários com programas de bolsas institucionais e convênios e outros 979 que utilizam-se do programa de Financiamento Estudantil – FIES. Isto em um universo de 2662 alunos regularmente matriculados nos 23 cursos de graduação. Estes números demonstram a amplitude e a importância destes programas tanto para os alunos usuários da política, quanto para as instituições executoras destas. O crescente número de alunos propicia a saúde institucional na manutenção de cursos e a viabilidade econômica financeira das universidades.

A evolução do programa na Unicruz pode ser visualizada nos seguintes gráficos:

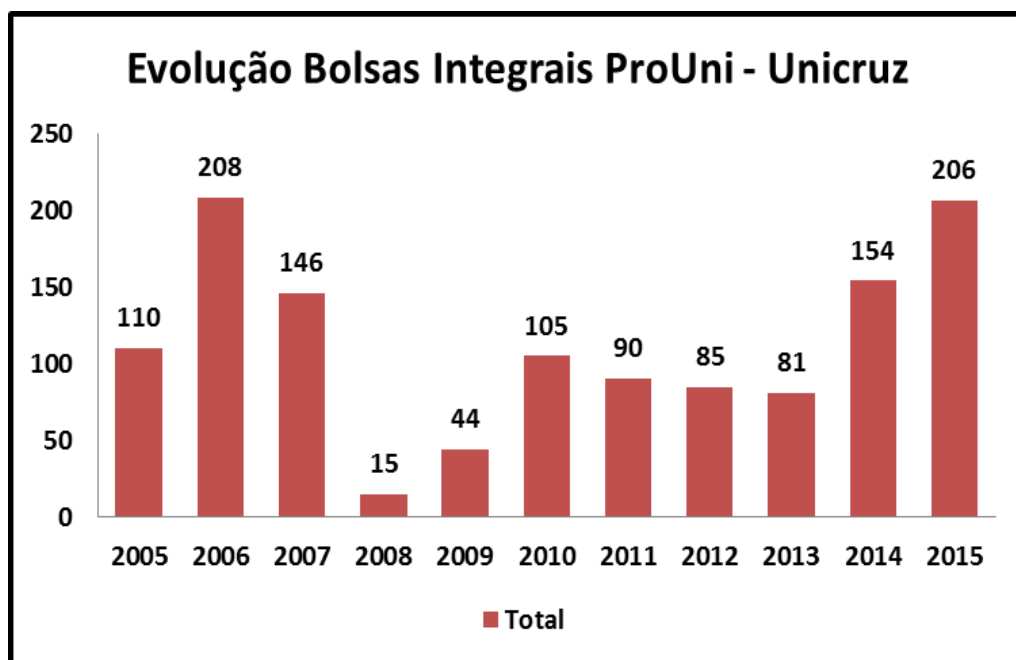


Gráfico 1: Bolsas concedidas pela Unicruz. Fonte: Sisprouni, 2015.

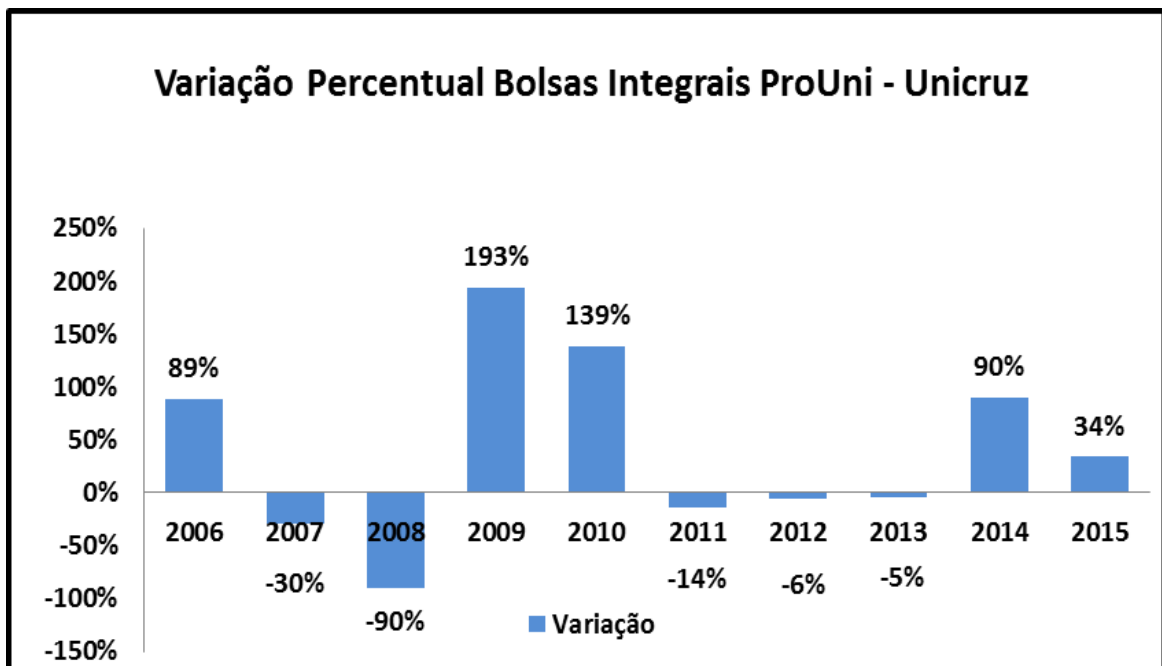


Gráfico 2: Variação de bolsas concedidas pela Unicruz. Fonte: Sisprouni, 2015.

A abrangência atingida pelo programa e sua importância para estudantes e Universidades que aderiram ao ProUni traz consigo a necessidade de uma análise mais aprofundada das consequências e desafios trazidos por este público e também no âmbito institucional de operacionalização desta política.

As políticas públicas estão inseridas como possibilidade de enfrentamento das mazelas sociais, o público alvo destes programas está tendo, em alguns casos pela primeira vez, acesso a bens e serviços antes privados, de privilégio apenas para algumas classes sociais dominantes detentoras de poderio econômico. O caso do Ensino Superior traz o ProUni como possibilidade de enfrentamento e transformação social, a sociedade se modifica quando as políticas públicas atingem as populações de baixa renda. Conforme Gentili, Oliveira (2014):

A expressiva expansão das oportunidades de acesso ao ensino superior para a população mais pobre foi, em boa medida, garantida mediante um aproveitamento socialmente mais justo das vagas disponíveis nas universidades privadas cuja ampliação foi produto das políticas de mercantilização educacional promovidas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. De fato, na gestão do ministro da Educação do governo FHC, Paulo Renato Souza, a quantidade de instituições de ensino superior privadas passou de 684, em 1995, a 1.442, em 2002. Ou seja, um crescimento de mais de 200%. As instituições públicas, por sua vez, passaram de 210, em 1995, a 195, em 2002. O crescimento dos alunos matriculados no ensino superior privado foi também significativo, passando de



1.059.163, em 1995, a 2.428.258, em 2002. Um aumento de quase 230%. Os estudantes das instituições de ensino superior públicas passaram de 700.540, em 1995, a 1.051.655, em 2002; ou seja, um crescimento de cerca de 50%, muito inferior ao das instituições privadas. (2013, p. 296).

Estes dados demonstram a dimensão de possibilidades que este programa possui para proporcionar uma transformação social na raiz da sociedade. É de responsabilidade das universidades refletirem constantemente sobre a temática em busca de possibilidades de aperfeiçoamento e na análise dos resultados obtidos para o enfrentamento das desigualdades sociais causadas pelo sistema capitalista em busca de uma nova cultura política e social mais humanizada e menos mercadológica.

### **Unicruz, história e trajetória**

A Universidade de Cruz Alta – Unicruz está inserida no contexto histórico da Região desde a década de 1940:

Em 19 de abril de 1947, um grupo de oito professores leigos da Escola Técnica de Comércio Santíssima Trindade, a convite do Sr. José Dell' Aglio, e atendendo ao chamado da direção desta escola reuniu-se em sua residência, casa em que o escritor Érico Veríssimo nasceu e hoje museu municipal, para deliberarem sobre a elaboração de um estatuto que definiria as normas para a fundação de uma associação, que viria a ser denominada Associação de Professores da Escola Técnica de Comércio Cruz Alta. (Bronzatti, 2002; p 73, 74).

O começo, ainda com poucos recursos, foi impulsionado pelo empreendedorismo destes professores. Já nesta época, a universidade se desenhava com uma vocação voltada para a comunidade local e regional, para o desenvolvimento humano e social da população. O conceito de universidade comunitária era algo distante daquela realidade, mas na prática, estes preceitos já norteavam o fazer institucional.

Em 1958 passou a denominar-se Associação dos Professores de Cruz Alta - APROCruz. Estas alterações se deram para que a mesma pudesse posteriormente implantar um curso superior. A partir disto em 1959 surgiu a Faculdade de Ciências Econômicas, “motivo de grande orgulho na cidade, conforme transcrição que encontramos em jornal da cidade”. (Bronzatti, 2002; p 84):

“Quando o historiador do futuro, escrever a história da Universidade de Cruz Alta, deverá voltar às vistas, para esse trabalho diário, diuturno, árduo, quase diríamos gigantesco, para a implantação do ensino superior especializado e superior em Cruz Alta, vencendo a descrença de uns, o pessimismo de outros, para frutificar em vitoriosa maturação” (Jornal Diário Serrano, 1969, apud Bronzatti, 2002).

Ainda segundo a autora na década de 1960 foi criada a Faculdade de Direito e posteriormente se obteve a autorização para funcionamento de novos cursos superiores. Diante desta nova realidade, a instituição começou as negociações com a prefeitura municipal para a doação de um terreno onde futuramente seria construído o campus Universitário.

A transformação dessas Faculdades Isoladas em uma Universidade era um antigo desejo da comunidade cruz-altense que veio a se concretizar através do Decreto 97000/88, de 21/10/88, que criou a Fundação Universidade de Cruz Alta, desencadeando as ações necessárias para a efetiva instalação da Universidade. (Unicruz, 2010)

Conforme o projeto desta Universidade aprovado pelo Parecer CFE 582/89, aproximadamente em 7/07/89, a mesma foi concedida como uma Instituição Particular de Ensino Superior, de caráter social e comunitário, de domínio da coletividade, que nos termos da lei, tem como objetivo principal:

O desenvolvimento das Ciências, Letras, Artes, Filosofia e Ciências Humanas; a formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho demandado pela sociedade; a qualificação acadêmica de pesquisadores e cientistas; e a preservação e promoção da cultura e bem comum. (Unicruz, 2013).

A Universidade de Cruz Alta é membro integrante do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas – COMUNG –, órgão responsável pela articulação dos interesses das instituições comunitárias atuantes no Ensino Superior no Brasil.

É integrante do Conselho Regional de Desenvolvimento Alto Jacuí – COREDE Alto Jacuí –, do Conselho Regional de Desenvolvimento do Alto da Serra do Botucaraí, e do Pólo de Modernização Tecnológica auxiliando no desenvolvimento de ações que contribuam para o desenvolvimento regional nas áreas de pesquisa, educação, agricultura, comunicação, meio ambiente e outros. Tem por objetivo proporcionar formas de colaborar na busca conjunta de alternativas aos problemas e no “desenvolvimento qualitativo da região, através de projetos de pesquisa, ensino, extensão e prestação de serviços” (Dorneles, 2009, p. 253).

## Resultados e considerações de enceramento

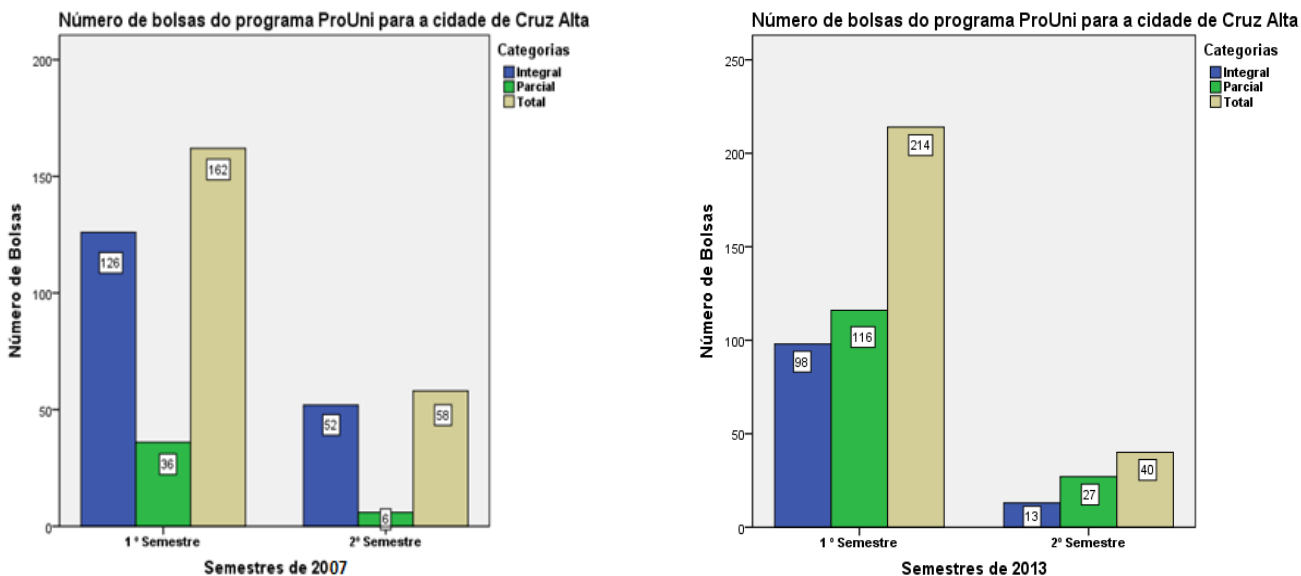


Figura 1: Número de bolsas do ProUni para a cidade de Cruz Alta para os anos de 2007 e 2013.

De acordo com o Figura 1, temos que no ano de 2007 para a cidade de Cruz Alta, no primeiro semestre, do total de 162 bolsas do ProUni, 36 (22,22%) foram bolsas parciais e 126 (77,78%) foram bolsas integrais, enquanto que, no segundo semestre, do total de 58 bolsas do ProUni, 6 (10,34%) foram bolsas parciais e 52 (89,66%) foram bolsas integrais. Já no ano de 2013, no primeiro semestre, do total de 214 bolsas do ProUni, 116 (54,21%) foram bolsas parciais e 98 (45,79%) foram bolsas integrais, enquanto que, no segundo semestre, do total de 40 bolsas do ProUni, 27 (67,50%) foram bolsas parciais e 13 (32,50%) foram bolsas integrais.

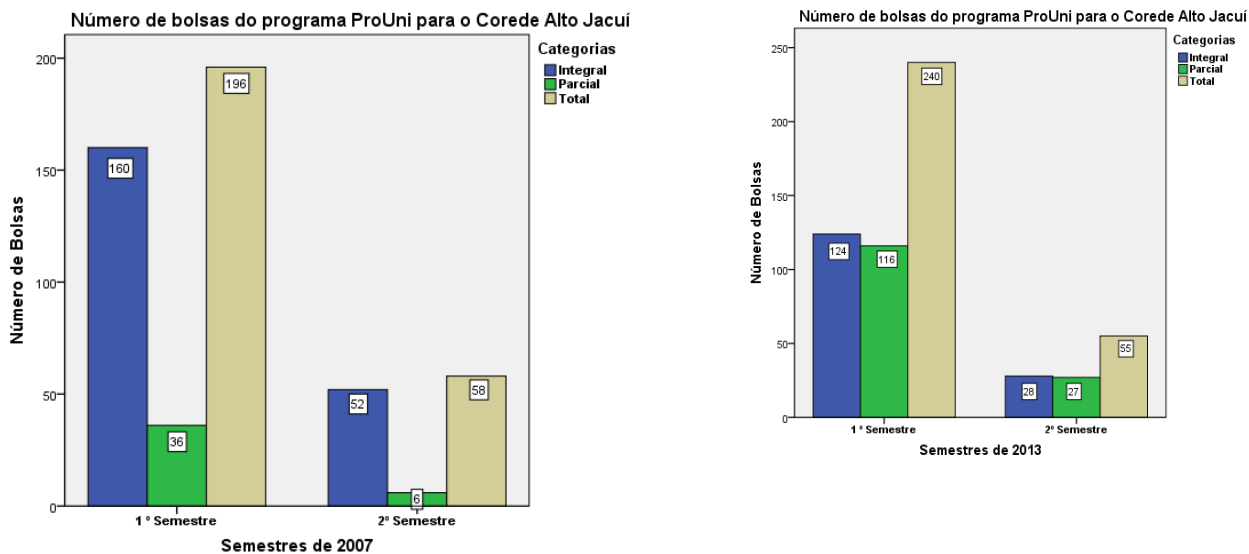


Figura 2: Número de bolsas do ProUni para o COREDE Alto Jacuí para os anos de 2007 e 2013.

De acordo com o Figura 2, temos que no ano de 2007 para o COREDE Alto Jacuí, no primeiro semestre, do total de 196 bolsas do ProUni, 36 (18,37%) foram bolsas parciais e 160 (81,63%) foram bolsas integrais, enquanto que, no segundo semestre, do total de 59 bolsas do ProUni, 6 (10,34%) foram bolsas parciais e 52 (89,66%) foram bolsas integrais. Já no ano de 2013, no primeiro semestre, do total de 240 bolsas do ProUni, 116 (48,33%) foram bolsas parciais e 124 (51,67%) foram bolsas integrais, enquanto que, no segundo semestre, do total de 55 bolsas do ProUni, 27 (49,09%) foram bolsas parciais e 28 (50,91%) foram bolsas integrais.

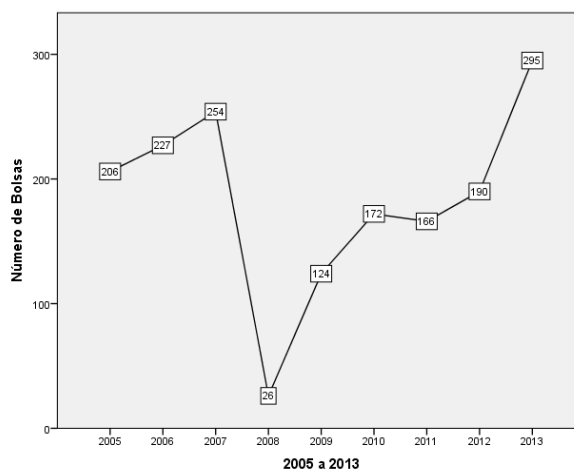


Figura 3: Número de bolsas do programa ProUni para o Corede Alto Jacuí

Na Figura 3, temos o gráfico da série temporal do número de bolsas do ProUni para o COREDE Alto Jacuí no período de 2005 a 2013. Durante este período, o número de bolsas apresentou uma taxa de crescimento de 43,2%.

Feita a análise, conclui-se da magnitude e importância do referido Programa contribuindo para o desenvolvimento regional, promovendo a inclusão de milhares de jovens e adultos no Ensino Superior, gerando emprego e renda e movimentando a economia da região alvo deste estudo.

A Unicruz, mostra-se pronta para seguir a frente deste processo de transformação político-social contribuindo não apenas através da execução da política, mas também promovendo e incentivando a pesquisa e a extensão, ferramentas determinantes para o desenvolvimento social. A formação acadêmica é o que determina o desenvolvimento dos países em uma sociedade moderna.

## REFERÊNCIAS

Bronzatti, Maria de Fátima. **CRUZ ALTA: Um Binômio Cheio de Possibilidades**. 2002.134 f. Dissertação (Mestrado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 2002.

Dorneles, E.F. **UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA: um ponto na rede comunitária**. In: SCHMIDT, J.P. (Org.). *Instituições comunitárias: instituições públicas não-estatais*. Santa Cruz do Sul - RS: EDUNISC, 2009.

Ianni, Octavio. **A SOCIEDADE GLOBAL**: 15 ed. Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira, 2013.

OECD (2015), Population with tertiary education (indicator). doi: 10.1787/0b8f90e9-en (Accessed on 12 May 2015)

Política educacional, cidadania e conquistas democráticas / Pablo Gentili (org.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

Santos, Boaventura de Souza. **PARA ALÉM DO PENSAMENTO ABISSAL: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2007, n.79, pp. 71-94. ISSN 0101-3300.

Santos, Milton. **POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO: do pensamento único à consciência universal**: 23 ed. Rio de Janeiro - RJ: Record, 2013.

SISPROUNI, <http://prouniportal.mec.gov.br/>. Acessado em 08/08/2015.

UNESCO, <http://www.unesco.org>. Acessado em 12/05/2015.

Unicruz. **ESTATUTO DA UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA**. Cruz Alta, 2013.

Zitkoski, Jaime José. **HORIZONTES DA REFUNDAÇÃO EM EDUCAÇÃO POPULAR**. Frederico Westphalen - RS: Ed. URI, 2000.